

Censo é obrigatório para todos os servidores vinculados ao Executivo

O governo de Minas Gerais, por meio do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), está promovendo, pela primeira vez, o Censo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao Poder Executivo.

O processo é obrigatório e deve ser realizado de acordo com o perfil e data de aniversário do servidor e do pensionista. O recenseamento está sendo feito por meio de plataforma digital, que poderá ser acessada por [este link](#) do Comitê de Acompanhamento da Gestão Previdenciária (Coprev), que foi disponibilizado no site do Ipsemg e no Portal do Servidor.

Passo a passo: fazer o *login* (CPF ou usuário pelo gov.br); validar as informações e responder ao questionário. Ao final do procedimento, os usuários receberão um e-mail com a confirmação da realização do censo. O passo a passo também está disponível [neste vídeo](#) no canal do Youtube Ipsemg On-line

Segundo informações do Ipsemg, “o servidor inativo ou o pensionista que não realizar o recenseamento terá o pagamento de seu benefício previdenciário suspenso, o qual somente será reestabelecido após a regularização da situação”.

O prazo para os pensionistas que recebem pelo Ipsemg realizar o Censo Previdenciário foi encerrado no último dia 31 de julho.



Gil Leonardi/Imprensa MG

Aposentados - Para os aposentados ou afastados preliminarmente, o prazo começa no próximo dia 7 de agosto e termina em 23 de outubro, variando conforme a data do aniversário.

Ativos - Já para os ativos, o recenseamento deve ser feito de 13 de outubro a 15 de dezembro.

PÚBLICO ALVO	MÊS DE ANIVERSÁRIO DO BENEFICIÁRIO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO RECENSEAMENTO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Pensionistas	Janeiro a dezembro	19/06/2023	31/07/2023
Aposentados/afastados preliminarmente	Janeiro a março	07/08/2023	04/09/2023
Aposentados/afastados preliminarmente	Abril a junho	18/08/2023	14/09/2023
Aposentados/afastados preliminarmente	Julho a setembro	08/09/2023	05/10/2023
Aposentados/afastados preliminarmente	Outubro a dezembro	26/09/2023	23/10/2023
Ativos	Janeiro a abril	13/10/2023	11/11/2023
Ativos	Maió a agosto	06/11/2023	09/12/2023
Ativos	Setembro a dezembro	17/11/2023	15/12/2023

Garantidos ao procurador do Estado a GCP e o direito de exercer a Advocacia

Desde 14 de julho, em comemoração aos seus 20 anos de fundação, a Apeminas tem publicado, em suas redes sociais, breves registros dos principais feitos de seus presidentes. Seguindo a ordem cronológica, já foram apresentados, também no APENews, resumos das ações de Lyssandro Norton Siqueira (2003); Marconi Bastos Saldanha (2004-2006) e Roney Oliveira

Junior. Agora, divulgamos alguns avanços promovidos por Gustavo Chaves Carreira Machado em sua primeira gestão, de 2008 a 2010.

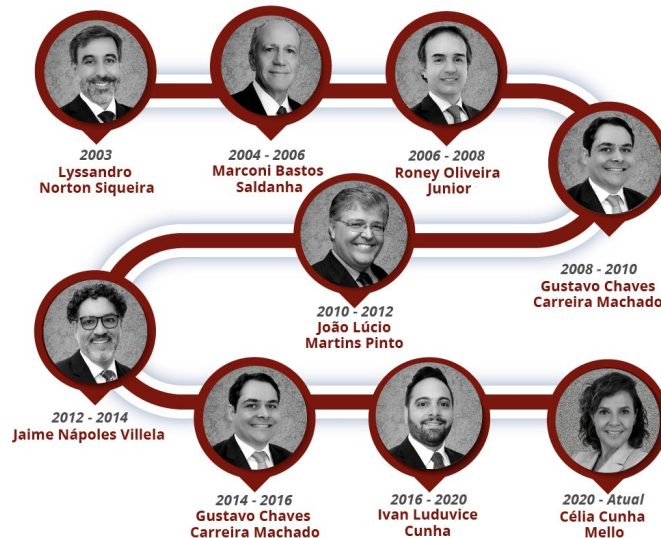
Para ver a Linha do Tempo, com os destaques de todos os presidentes, visite o [site da Apeminas](#).

Gustavo Chaves Carreira Machado 2008 - 2010

Promulgada a Lei Estadual nº 18.017/2009, que institui Gratificação Complementar por Produtividade (GCP).

Restabelece para toda a classe o direito de exercer a Advocacia, fora das atribuições institucionais, respeitadas as vedações legais.

Estabelecimento de mandato para cargo de Corregedor da AGE, privativo de procurador do Estado.



ANAPE

Célia Cunha Mello participa de reunião do Conselho Deliberativo



A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, que é também diretora adjunta de Comunicação da Anape, participou, na última quarta-feira (02) da reunião do Conselho Deliberativo da associação nacional, realizada em Brasília. A reunião, conduzida pelo presidente da Anape, Vicente Braga, e pela presidente do Conselho Deliberativo, Maria de Lourdes Terto Madeira, contou com a participação do segundo vice-presidente da Anape, Ivan Ludovice Cunha, presidente do Conselho Consultivo da Apeminas, além de presidentes das associações estaduais.

Entre os temas da pauta, destacam-se a atualização sobre os projetos de lei de interesse da classe no Congresso Nacional; apresentação de *Diagnóstico de Saúde dos procuradores dos Estados e do DF*, além de informes sobre o Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, a ser realizado no período de 6 a 9 de novembro, em Florianópolis (SC). Para saber mais, consulte o site da [Anape](#).

PUBLICAÇÃO

Princípios de Direito Administrativo - Evolução, Releitura e Perspectivas no Mundo Pós-Pandêmico

De autoria dos advogados e pareceristas Humberto Lucchesi de Carvalho e Roberto Miglio Sena, ambos fundadores do Instituto Brasileiro de Perspectivas em Expressões de Liberdade (IBPEL), a obra *Princípios de Direito Administrativo - Evolução, Releitura e Perspectivas no Mundo Pós-Pandêmico* revisita os princípios do Direito Administrativo com o olhar voltado para os problemas da atualidade. Segundo os autores, os princípios servem de guia para enfrentar os desafios da modernidade, incluindo a pandemia de Covid-19, que trouxeram uma série de conflitos, indagações e *hard cases* que demandam da Administração Pública e dos aplicadores do Direito respostas e soluções assertivas. Para saber mais, consulte a [Editora Fórum](#).

